



EDITAL
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026
(Processo Administrativo n.º 1.518/2026)

Torna-se público que o Município de Bom Jardim, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio do Setor de Licitação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço global, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 5.048, de 17 de setembro de 2025 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 28/05/2026

Horário da Fase de Lances: 09:30 às 15:30

Link: www.licitanet.com.br

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução: Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço unitário.

1- OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 - O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada, visando a realização de serviços de reparos, para entrega do imóvel onde funcionava a UBS do Veloso, localizado na Rua Prefeito Benedicto Coube de Carvalho, nº 560, centro, Bom Jardim/RJ, CEP: 28.660-000, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1 – Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comum de engenharia, conforme art. 6º, XXI, “a”, da Lei Federal 14.133/2021.

1.1.2 – O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses contados da assinatura contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021, na forma do artigo 111, mediante justificativa.

1.1.3 – O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.2. DO CUSTO ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR GLOBAL ESTIMADO R\$
01	Contratação de empresa especializada visando serviços de Reparos para entrega do imóvel onde funcionava a UBS do Veloso, localizado na Rua Prefeito Benedicto Coube de Carvalho, nº. 560, centro, Bom Jardim/RJ, CEP: 28.660-000.	SERVIÇO	R\$ 87.787,49

2- PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema Licitanet.com.br (www.licitanet.com.br).



2.1.1 O procedimento será divulgado no Licitanet.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.2.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2 O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e



2.3 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3 INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de execução dos serviços, eventual fornecimento ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.2.2 O licitante deverá apresentar a PROPOSTA (sem elementos que o identifique),

3.2.3 - O preço ofertado pela licitante para os serviços, conforme disposto no EDITAL, deverá ser elaborado considerando as planilhas de custos e de formação de preços constante no Projeto Básico e seus anexos, evidenciando de forma completa (demonstrando a composição de custo/memória de cálculo de cada item por módulo discriminado no modelo anexo do Projeto Básico e que deverá ser apresentado), expresso em moeda corrente nacional, considerando e incluindo os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

3.2.4 As propostas devem ser elaboradas contendo todas as despesas necessárias à consecução plena e perfeita do objeto deste Edital, inclusive com detalhamento da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI); dos encargos sociais; de todos os insumos necessários; demonstrando o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), bem como os demais tributos e encargos legais; e ainda a composição analítica dos preços unitários para todos os serviços, e o detalhamento do custo indireto;

3.2.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial os preços ofertados, vinculam a Contratada.

3.2.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação;

3.2.7 A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.2.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.3 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.4 Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.



3.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.7 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.7.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.7.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.7.3 que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.7.4 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.7.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.8 O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4 FASE DE LANCES

4.1 A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

4.4 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado



pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é **de R\$ 10,00 (dez reais)**.

4.7 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.9 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação do fornecedor.

4.10 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5 JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2 Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3 Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4 Encerrada a etapa de negociação, se houver, o Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



5.6 Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7 Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1 Contiver vícios insanáveis;

5.8.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3 Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.8.4.1- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação que comprove:

5.8.4.1.1- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.8.4.1.2- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.8.5 -Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do art. 59 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, o seguinte procedimento:

5.8.5.1-Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

5.8.5.2- Os referidos custos poderão ser comprovados, por exemplo, pela apresentação de Notas Fiscais ou por contrato, acompanhado da planilha de custos e notas fiscais.

5.8.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



5.9.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.9.3 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.9.4 Os referidos custos poderão ser comprovados, por exemplo, pela apresentação de Notas Fiscais ou por contrato, acompanhado da planilha de custos e notas fiscais.

5.9.5 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.6 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.7 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

5.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6 HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº. 14.133, de 2021**, constam do Projeto Básico e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2 A habilitação dos fornecedores será verificada através da plataforma LICITANET

6.2.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes na plataforma LICITANET para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



6.7 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Vide termo de referência

8 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

8.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

8.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

8.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

8.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.1.9 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).



IV - Multa:

(1) Moratória a ser estipulada no valor entre 0,5% a 30%, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do caput, de 0,5% a 30%, do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato

(8) do caput, de 0,5% a 30%, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei n.º 14.133/2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

8.20- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.21- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.22 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.23 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.24 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.25- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



8.26 -Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.27 -Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.28 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.29- O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.30-As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.31 - .Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, sendo: P.T.: 04.800.10.301.0064.1.040.000, N.D.: 4490.51.00.

10 -VISTORIA FACULTATIVA

10.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços de reparos para entrega do imóvel da antiga Unidade Básica de Saúde da Família (UBS) Veloso, localizado no município de Bom Jardim/RJ., se faz necessária para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao



interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 17h ou através do e-mail gabineteprefeitopmbj@gmail.com e/ou projetospmbj2021@gmail.com

10.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

10.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

10.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10.5 A empresa que optar em não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 01 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

11 SUBCONTRATAÇÃO

Vide termo de referência

12 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Vide termo de referência

13 EXECUÇÃO DO OBJETO

Vide termo de referência

14 GESTÃO DO CONTRATO

Vide termo de referência

15 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Vide termo de referência

16 OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

Vide termo de referência

17 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Vide termo de referência

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

18.1.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;

18.1.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

18.1.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.



18.1.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

18.2As providências dos subitens 18.1.1 e 18.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

18.3Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

18.4Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

18.5Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.6Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

18.7No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.8As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.9Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

18.10 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

18.11 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

18.12 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19 - ANEXOS DO EDITAL

Encontram-se anexos a este:

19.1 - ANEXO I – Projeto Básico

- ANEXO A - Estudo Técnico Preliminar;
- ANEXO B – Planilha Orçamentária;
- ANEXO C – Memória de Cálculo;
- ANEXO D – Cronograma Físico-Financeiro;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26
FLS. _____

- ANEXO E – Demonstrativo BDI;
- ANEXO F – Memorial Descritivo;
- ANEXO G – Desenhos Técnicos;

19.2- ANEXO II – Modelo de Proposta;

19.3- ANEXO III – Minuta de Contrato.

Maria Elvira Bonam Miguel
Diretora de Planejamento e Compras da SMS

Simone Leal de Almeida Salles
Secretária Municipal de Saúde



EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026
ANEXO I
PROJETO BÁSICO

Processo Administrativo nº. 1.518/26 – SMS

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **empresa especializada visando a realização de serviços de reparos para entrega do imóvel onde funcionava a UBS do Veloso, localizado na Rua Prefeito Benedito Coube de Carvalho, nº 560, centro, Bom Jardim/RJ, CEP: 28.660-000,** conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, conforme Art. 6º, XXI, “a”, da Lei 14.133/2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura contratual, na forma do **artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021,** sendo vedada sua prorrogação.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Contratada deverá observar os termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual e municipal e normatizações relacionadas vigentes; e ainda:

4.1.1. Observância às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;

4.1.2. Combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;

4.1.3. Comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, aos animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;



4.1.4. Compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;

4.1.5. Adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade requisitante dependente da Contratada;

4.1.6. Garantia da prevalência dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo processo licitatório.

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:**

4.2.1. A Contratada deverá apresentar planejamento de forma a garantir a sustentabilidade do projeto, atendendo o disposto na NBR ISO14001, classificando os resíduos gerados, indicando sua destinação ou reuso na própria obra.

4.2.2. Conforme orientações do Ministério do Meio Ambiente, os resíduos da construção civil devem ser reduzidos e ter a disposição adequada, promovendo-se a reciclagem dos materiais.

4.2.3. Sobre águas e esgoto, é interessante prever: a coleta e utilização de águas pluviais, utilização de dispositivos economizadores de água, reuso de águas, tratamento adequado do esgoto no local e, quando possível, o uso do banheiro seco.

4.2.4. Na escolha dos materiais de construção deve-se utilizar materiais disponíveis no local, pouco processados, não tóxicos, potencialmente recicláveis, culturalmente aceitos, propícios para autoconstrução.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada, de que trata os art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato, com prazo máximo até a assinatura do mesmo.

Vistoria Facultativa



4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços de Reparos para entrega do imóvel onde funcionava a UBS do Veloso, localizado na Rua Prefeito Benedito Coube de Carvalho, nº. 560, centro, Bom Jardim/RJ, CEP: 28.660-000, se faz necessária para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 17h ou através do e-mail: gabineteprefeitopmbj@gmail.com e/ou projetos@bomjardim.rj.gov.br **Sugerimos adequar para os e-mails institucionais atualizados.**

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.9. A empresa que optar em não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, nos termos da súmula nº 01 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço unitário.

5.1.2. A Administração emitirá por escrito ordem de início, com a identificação dos serviços que serão prestados, o local de execução, o prazo máximo para início e conclusão, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

5.1.3. Os serviços deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento da Ordem de Início.

5.1.4. O prazo máximo para a prestação do serviço será de 12 (doze) meses corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, a ser emitida pelo



Setor de Projetos Especiais, podendo ser prorrogado, conforme justificativa, nos termos do art. 111, da Lei nº 14.133/2021.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1 Rua Prefeito Benedito Coube de Carvalho, nº. 560, centro, Bom Jardim/RJ, CEP: 28.660-000.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, conforme estabelecido nos Anexos deste Projeto Básico.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 05 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, definido pelo art. 618 do Código Civil de 2002.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1. O gestor do contrato é a Secretaria Municipal de Saúde, representada pela secretária da pasta, que será indicada através de Portaria a ser publicada no órgão de imprensa oficial do Município, em momento oportuno.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano



de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.7. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.8. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



7. FISCAIS DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.2. Serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato os servidores nomeados pela Administração para este fim, através de Portaria a ser publicada no órgão de imprensa oficial do Município, em momento oportuno.

7.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.3.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.3.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.3.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.3.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.3.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.4. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para



que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7.6.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. As medições serão realizadas mensalmente, por meio de planilha de medição, e serão antecedidas por vistoria ao local por parte dos fiscais do contrato definidos pelo CONTRATANTE.

8.2. As planilhas de medição serão aprovadas após a vistoria dos fiscais do contrato, e, sempre que houver necessidade, a fiscalização demandará correções da planilha de medição ou correções dos serviços executados em desconformidade com o Projeto Básico.

8.3. O pagamento observará os limites de desembolso estabelecidos pelo cronograma físico-financeiro aprovado pelo CONTRATANTE.

8.3.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.3.1.1. Não produzir os resultados acordados,

8.3.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.3.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.4. Os documentos fiscais serão emitidos em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JARDIM-RJ, CNPJ nº 11.867.889/0001-25, situado na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000.**

8.5. Deverá constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro.



Do recebimento

8.6. Ao final de cada evento da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.6.1. Para a obra em questão estão classificados os seguintes eventos:

8.6.1.1. Canteiro de obras;

8.6.1.2. Revestimentos de tetos e porta de vidro;

8.6.1.3. Instalações elétricas e de rede;

8.6.1.4. Pinturas.

8.7. Um evento será considerado efetivamente concluído quando os serviços previstos para aquele evento, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.7.1. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias úteis, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.8.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.8.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



8.9.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.9.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.11.5. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se



à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.15.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.19. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em



licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.20. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

8.24. O prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, para realizar o pagamento, nos casos de serviços recebidos cujo valor não ultrapasse o limite do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com Art. 4º do Decreto Municipal nº 4.441/2023, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

8.25. O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

8.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A de correção monetária.

Forma de pagamento

8.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



8.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.31. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total dos serviços.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Os serviços tratados neste Projeto Básico enquadram-se no Art. 6º, XXI, “a” da Lei nº 14.133/2021.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

9.4. Para o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. Valor Global: conforme valor estimado da licitação.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



Habilitação jurídica

9.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à



Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do prestador de serviço, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do prestador de serviço, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do prestador de serviço, em relação aos tributos estaduais.
- 9.21. Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.
- 9.22. Caso o prestador de serviço seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O prestador de serviço enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);



9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos conforme definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 2% (dois por cento) do valor total estimado da contratação.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.32.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.33. Comprovante de inscrição, em nome da pessoa jurídica licitante, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme art.67, V da Lei nº 14.133/2021.

9.34. Apresentação do profissional Engenheiro Civil/Arquiteto, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

9.35. O profissional indicado na forma supra deverá participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.36. Comprovação de aptidão da empresa, através de apresentação de atestados, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou serviços, a contento, fornecimento com características técnicas, quantidade e prazos compatíveis com o objeto licitado, na forma do Inc. III, do art. 67, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando as



peculiaridades, constantes no Estudo Técnico Preliminar anexo a este Projeto Básico, devendo o documento estar assinado, datado e os signatários devidamente identificados com o nome completo e cargo.

9.36.1. O referido Atestado terá sua validade comprovada por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente com base na Resolução CONFEA nº 1.137/2023;

9.36.2. Entende-se por pertinente e compatível em característica os atestados que em sua individualidade ou soma, contemplem serviços similares ao objeto do Edital – Reparos em imóvel, conforme parcela de maior relevância de no mínimo 50% seja pela planilha onerada ou desonerada.

9.37. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.38. - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do prestador de serviço.

9.38.1. O prestador de serviços disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.38.2. **Parcelas de maior relevância:**

9.38.2.1. Os dois itens indicados abaixo foram considerados de maior relevância por representarem as etapas essenciais para a plena execução do objeto contratual, tanto em termos técnicos quanto de custo. Cada um deles é indispensável para o funcionamento adequado e seguro do sistema, razão pela qual não é possível sua execução parcial ou substituição por outros elementos.

9.38.2.2. Importante ressaltar que a empresa contratada deverá apresentar todos os dois itens, por serem completamente distintos, conforme especificado, para garantir a integralidade e a conformidade da execução do objeto.

Itens da Planilha Orçamentária:

6 – PINTURAS

6.1 – 17.017.0176-0 – EMOP – REPINTURA INTERNA SOBRE MADEIRA COM ESMALTE SINTÉTICO ALQUIDICO, ALTO BRILHO, BRILHANTE, ACETINADO OU FOSCO, SOBRE SUPERFÍCIE JÁ PINTADA EM BOM ESTADO, APÓS LIXAMENTO, LIMPEZA, DUAS DEMÃOS DE ACABAMENTO COM MATERIAL DA MESMA LINHA DE FABRICAÇÃO E NA COR EXISTENTE.



6.2 - 17.018.0117-0 – EMOP – REPINTURA EM TINTA LÁTEX SEMIBRILHANTE, FOSCA OU ACETINADA, CLASSIFICADA PREMIUM OU STANDART, CONFORME ABNT NBR 15079, PARA INTERIOR E EXTERIOR, SOBRE SUPERFÍCIE EM BOM ESTADO E NA COR EXISTENTE, INCLUSIVE LIMPEZA, LEVE LIXAMENTO COM LIXA FINA, UMA DEMÃO DE FUNDO PREPARADOR E DUAS DE ACABAMENTO.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

10.2. Efetuar a prestação do serviço conforme especificações, no prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao serviço prestado, data e local;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

10.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, em até 15 (quinze) dias úteis, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações do serviço objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.

10.5. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.8. Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;

10.9. Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;

10.10. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e demais despesas relativas à prestação de serviço;

10.11. Apresentar, no momento da assinatura do contrato, caso seja Fundação, junto ao ato constitutivo, Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro,



Promotoria de Justiça das Fundações, conforme determina Resolução Complementar nº 15/2005.

10.12. Fornecer todos os equipamentos e materiais permanentes necessários para a realização da obra, sem a cobrança adicional de encargos, aluguéis ou ônus de qualquer natureza.

10.13. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus funcionários à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.

10.14. Adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias, para assegurar a execução da obra do objeto da presente solicitação.

10.15. Garantir que as especificações dos equipamentos e materiais permanentes cumpram às normas técnicas pertinentes.

10.16. Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias a execução do contrato.

10.17. Fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) aos funcionários que atuarão na execução da obra, obedecendo a legislação vigente.

10.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.19. Elaborar, implementar e manter atualizado o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, quando cabível.

10.20. Providenciar Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF) para todos os empregados.

10.21. Providenciar senha para que o trabalhador tenha acesso ao extrato de informações previdenciárias.

10.22. Fixar domicílio bancário dos empregados no Município de Bom Jardim, onde serão prestados os serviços.

10.23. Realizar exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função dos contratados.

10.24. Fornecer gratuitamente vestimenta aos trabalhadores, procedendo a sua reposição periódica.



- 10.25. Disponibilizar vestiário com armários individuais aos trabalhadores que executam atividades que exigem a troca de roupas, observando-se a separação de sexos, quando cabível.
- 10.26. Disponibilizar ou fornecer aos trabalhadores, em todos os locais de trabalho, água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de copo coletivo.
- 10.27. Não permitir que trabalhadores sejam transportados na caçamba de caminhões ou em partes internas dos veículos ou em quaisquer veículos inadequados ou não adaptados, ainda que sejam tais veículos de propriedade ou de responsabilidade de outrem, nos termos do §1º do art. 1º, inciso II do art. 230, e caput do art. 235, todos da Lei 9.503/97.
- 10.28. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 10.29. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos preceitos da legislação sobre jornada de trabalho, e cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias oriundas da lei ou de acordos, dissídios, convenções coletivas e congêneres aplicáveis às categorias profissionais abrangidas no contrato.
- 10.30. Possuir, no momento da assinatura do contrato e durante a execução dos serviços, técnico em segurança do trabalho vinculado à empresa, que seja responsável pelas medidas de segurança dos empregados.
- 10.31. Responder pelo PRAZO DE GARANTIA DE 5 (CINCO) ANOS, pela solidez e segurança da obra executada, cobrindo qualquer dano proveniente da má execução da obra.

11. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

11.1. A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

- 11.1.1. Emitir a ordem de início e recebimento dos serviços no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;
- 11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação definitiva;
- 11.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução contratual, para que seja reparada ou corrigida;
- 11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;
- 11.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução contratual, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos;



11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.3. Fornecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas.

11.4. Providenciar a destinação ambientalmente adequada aos resíduos da construção civil originários da contratação, na forma do que dispõe a Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 e suas alterações.

11.5. Relacionar-se com a Contratada apenas por meio da pessoa por ela indicado (preposto).

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 91.866,88 (Noventa e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos)** conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamentária, Anexo B deste Projeto Básico, podendo sofrer alterações com base no custo estimado apresentado após pesquisa de mercado pelo Setor de Gestão e Compras.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, através do Fundo Municipal de Saúde.

14. OBSERVAÇÕES GERAIS

14.1. Encontram-se anexos a este Projeto Básico os seguintes documentos:

- 14.1.1. ANEXO A - Estudo Técnico Preliminar;
- 14.1.2. ANEXO B – Planilha Orçamentária;
- 14.1.3. ANEXO C – Memória de Cálculo;
- 14.1.4. ANEXO D – Cronograma Físico-Financeiro;
- 14.1.5. ANEXO E – Demonstrativo BDI;
- 14.1.6. ANEXO F – Memorial Descritivo;
- 14.1.7. ANEXO G – Desenhos Técnicos.

14.2. A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Carla Martins de Souza Dutra Silva
Chefe de Projetos Especiais
Matrícula nº 12/3618
Responsável pela elaboração deste Projeto Básico



ANEXO A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo avaliar a viabilidade técnica, econômica e operacional para a execução de serviços de reparos para entrega do imóvel da antiga Unidade Básica de Saúde da Família (UBS) Veloso, localizado no município de Bom Jardim/RJ.

A intervenção visa realizar serviços de manutenção e reparos necessários no imóvel, garantindo condições adequadas para sua entrega e utilização, preservando o patrimônio público e assegurando melhores condições de uso da edificação.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A contratação para execução dos serviços de reparos no imóvel da antiga Unidade Básica de Saúde da Família (UBS) Veloso se faz necessária em razão da necessidade de adequação e manutenção das instalações existentes, visando possibilitar a correta entrega do imóvel em condições adequadas de conservação. Conforme laudo técnico de vistoria realizado em 14/01/2026 foi identificado que o imóvel necessita de intervenções de acabamento, principalmente lixamento, reparos pontuais em paredes e pintura geral, a fim de garantir condições adequadas de conservação para sua entrega.

A edificação apresenta necessidade de intervenções em diversos elementos construtivos, tais como:

Recuperação de revestimentos de paredes, repintura de superfícies internas e externas, manutenção e recuperação de pisos, adequação de instalações elétricas e reparos em esquadrias.

Dessa forma, torna-se necessária a contratação de empresa especializada em construção civil para execução dos serviços previstos no orçamento técnico.



3. RESULTADOS PRETENDIDOS DO ATENDIMENTO DA DEMANDA

Com a execução dos serviços de reparos para entrega do imóvel da antiga UBS Veloso, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

Realização dos reparos necessários para recuperação de elementos construtivos deteriorados.

A execução adequada dos serviços contribuirá para aumentar a durabilidade dos componentes da edificação.

Realização dos serviços de acordo com normas técnicas da construção civil e boas práticas de engenharia.

4. OBJETO CONTRATADO

Contratação de **empresa especializada para execução de serviços de reparos para entrega do imóvel da antiga Unidade Básica de Saúde da Família (UBS) Veloso**, localizado no município de Bom Jardim/RJ.

Os serviços deverão ser executados conforme o orçamento técnico, memorial descritivo e demais documentos que compõem o processo de contratação.

5. ANÁLISE DO CENÁRIO

O imóvel da antiga Unidade Básica de Saúde da Família (UBS) Veloso apresenta necessidade de serviços de manutenção e reparos em diversos elementos construtivos, decorrentes do desgaste natural do uso.

Entre as principais necessidades observadas destacam-se:

Deterioração de revestimentos de paredes, desgaste de pintura interna e externa, necessidade de manutenção de pisos, reparos em esquadrias, adequação de instalações elétricas.

Essas condições tornam necessária a execução de serviços de reparos para garantir que o imóvel seja entregue em condições adequadas.

6. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES



Execução dos serviços de reparos conforme orçamento técnico.

Consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços previstos no orçamento técnico elaborado pela administração.

Vantagens

- solução mais eficiente para recuperação da edificação
- melhor planejamento da execução dos serviços
- maior controle técnico da obra
- maior durabilidade dos serviços executados

7. ESPECIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO

A partir da consolidação do diagnóstico realizado através de Avaliação Exedita onde serão executados os serviços, são indicadas as seguintes medidas:

MEDIDAS PERTINENTES A ADOTAR	
Serviço	Descrição
Reparo	Serviços de reparos para entrega do imóvel da antiga Unidade Básica de Saúde da Família (UBS) Veloso, área total de 175,74m².

8. INSTITUCIONAL E LEGAL

A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado. Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, independente de citação:

- a) Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CAU;
- b) Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- c) Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, SEAP, Vigilância Sanitária, entre outros;
- d) Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- e) Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego MTE;



f) Normas internacionais específicas consagradas, se necessário;

Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato, tais como:

NORMAS TÉCNICAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A execução dos serviços deverá obedecer às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente NBR 15575, NBR 5410, NBR 5626, NBR 8160, NBR 9050, NBR 13245 e NBR 13749, bem como às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis à construção civil, em especial NR-18 e NR-35, além de demais legislações pertinentes.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Poderão participar do certame as empresas que comprovarem atuação no ramo de atividade compatível com o objeto deste ETP.

Comprovação de Aptidão da empresa, através da apresentação de atestados, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o profissional vinculado a licitante prestou serviços, contento, fornecimento com características técnicas, quantidade e prazos compatíveis com o objeto licitado, na forma do Inc. III, do Art. 67, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando as peculiaridades do objeto deste TR, devendo o documento estar assinado, datado e os signatários devidamente identificados com o nome completo e cargo. O responsável técnico indicado deverá constar na lista de profissionais habilitados na Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou na Certidão de Registro e Quitação (CRQ) emitida pelo CREA da empresa que participará da licitação, garantindo assim sua regularidade e aptidão para a execução dos serviços.

O referido atestado terá sua validade comprovada por meio de Certidão de Acervo Técnico - CAT ou documento equivalente com base na Resolução CONFEA nº 1.137/2023.

Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma, contemplem serviços similares do objeto do edital, conforme parcelas de maior relevância de no mínimo de 50% seja pela planilha onerada ou desonerada.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES



O valor estimado para preço onerado é de **R\$ 91.866,88 (noventa e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos)**, conforme orçamento elaborado pela EQUIPE TÉCNICA DA CHEFIA DE PROJETOS ESPECIAIS. Os preços de referência são da tabela EMOP de JAN/2026. Valores supracitados incluem BDI.

11. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE CENÁRIO

Após a análise das condições atuais do imóvel da antiga Unidade Básica de Saúde da Família (UBS) Veloso, verificou-se a necessidade da realização de serviços de manutenção e reparos em diversos elementos construtivos da edificação.

A avaliação do cenário atual demonstrou que o imóvel apresenta desgaste natural decorrente do uso e da ação do tempo, exigindo intervenções para recuperação de revestimentos, pintura, adequação de instalações e reparos em componentes construtivos.

Foram analisadas alternativas para atendimento da demanda identificada, sendo considerada mais adequada a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reparos previstos no orçamento técnico, uma vez que essa solução permite a recuperação adequada das condições físicas da edificação e a entrega do imóvel em condições adequadas de conservação.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta apresenta viabilidade técnica, econômica e operacional, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na legislação vigente.

Assim, recomenda-se o prosseguimento das etapas do processo de contratação para execução dos serviços de reparos necessários para entrega do imóvel da antiga Unidade Básica de Saúde da Família (UBS) Veloso.

12. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADES E UNIDADES.

DESCRIÇÃO	UNI.	QNTD.
-----------	------	-------



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL, ORIGEM: PESSOA JURÍDICA	1	12 meses
--	---	----------

13. DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO BEM/SERVIÇO

A natureza do bem/serviço objeto desta contratação é caracterizada como serviço comum de engenharia, conforme Art.6º, XXI alínea “a”, da Lei 14.133/2021. Que visam melhorar a funcionalidade, segurança, acessibilidade e conforto do espaço, cuja contratação de empresa especializada se dará por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

Os serviços caracterizam-se como uma atividade material acessória, instrumental ou complementar à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços NÃO gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

a) Bem ou serviço comum ou complexo

O presente objeto refere-se à implementação de obra de baixa complexidade, cabendo a Equipe Técnica da Chefia de Projetos Especiais, por meio dos engenheiros e fiscais de contrato, realizar o acompanhamento da execução da obra assegurando que:

- O cronograma e orçamento sejam seguidos;
- O trabalho atenda às normas de segurança e técnicas;
- A qualidade do serviço prestado seja monitorada;
- Eventuais problemas ou modificações sejam gerenciados de forma eficaz.

b) Serviço prestado de forma contínua e não contínua (por escopo)

O processo de contratação de empresa especializada para execução da obra é um serviço considerado não continuado, sendo assim, cabe à empresa contratada o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período apresentado no cronograma de execução.



c) Serviços continuados com ou sem disponibilização de pessoal da contratada de forma prolongada ou contínua.

O objeto do presente processo não pode ser caracterizado como prestação de serviço contínuo, pois se trata de execução de obra.

14. DESENHO DA CONTRATAÇÃO

1. VISITA TÉCNICA

A visita técnica é de grande importância para execução do objeto, visto que, ao realizarem-se, os licitantes terão plena visão da localização da entrega do objeto, possíveis dificuldades ou não de execução, levantamento de custos para formação de sua proposta, bem como, dirimir quaisquer dúvidas a respeito do objeto junto aos técnicos do município, de modo a não surgirem questionamentos/alegações futuras à administração de fatos não vistos em caso de não vistoria.

Este tipo de exigência visa evitar que Administração seja exposta ao risco de receber propostas inaptas, sem a compreensão de todos os elementos técnicos e financeiros que a efetiva execução do objeto demanda, ou seja, o interessado poderá avaliar efetivamente sua condição técnica.

Elas devem ser agendadas em dias e horários individuais, caso alguma(s) licitante(s) queira(m) vistoriar o local da intervenção. Contudo, baseada em recentes decisões das Cortes de Contas, de modo a evitar eventuais conluíus entre os participantes, a visita **não é obrigatória**, cabendo a licitante emitir declaração formal devidamente assinada por responsável técnico que tem pleno conhecimento do serviço como um todo e assumindo expressamente a responsabilidade quanto a questionamentos futuros em detrimento de não visita ao local.

2. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS

i. DURAÇÃO DO CONTRATO

- a) 12 meses;
- b) Justificativa: Prazo estabelecido no cronograma físico financeiro do serviço prestado de forma não continuada.

ii. REGIME DE CONTRATAÇÃO



A licitação será realizada pelo regime de licitações e contratos da Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

iii. REGIME DE EXECUÇÃO

Deverá ser adotado o regime de execução indireta por empreitada de menor preço unitário (inciso XXVIII, art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021), pois a escolha deste tipo de regime fixa preços máximos unitários certos e de unidades determinadas que é de fundamental importância no intuito de evitar sobre preços e/ou superfaturamento de itens, visto que, utiliza-se de tabelas oficiais balizando o orçamentista e Administração Pública de que são os praticados pelo mercado, sendo a planilha de custos onerada ou desonerada.

Por derradeiro, esta possibilidade impediria o famoso "jogo de planilha" tão debatido pelas ilustres cortes de contas, as quais poderiam originar questionamentos haja vista, uma licitante que possuísse uma determinada expertise em um serviço, portanto ofertaria preço abaixo, porém em outros, apresentaria valores superiores aos limites estabelecidos pela tabela de referência.

15. CRITÉRIO E PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE

A contratada deverá apresentar planejamento de forma a garantir a sustentabilidade do projeto, atendendo o disposto na NBR ISO14001, classificando os resíduos gerados, indicando sua destinação ou reuso na própria obra.

Conforme as orientações do Ministério do Meio Ambiente, os resíduos da construção civil devem ser reduzidos e ter disposição adequada, promovendo-se a reciclagem dos materiais.

Fontes para obtenção de informações referentes à prática de sustentabilidade:

- Decreto Estadual 43.629/12;
- Catalogo SIGA – itens sustentáveis;
- A3P Governo Federal;
- NBRISO 14001- Sistemas de Gestão Ambiental;



- OHSAS 18001:2000 (Occupational Health and Safety Assessment Series) – Segurança e saúde no trabalho;
- AS 8000 (Social Accountability International) – normas socialmente responsáveis;
- NBR 16001(ABNT) – sistema de gestão da responsabilidade social;
- Selo Verde (FSC – Forest Stewardship Council) – madeira;
- Classificação ENCE – eficiência energética;
- Catálogo Sustentável
<http://www.catalogosustentavel.com.br/>.

16. REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

As informações contidas neste estudo são de domínio público, não havendo necessidade de previsão a assinatura de Termo de Compromisso de Sigilo e Confidencialidade.

17. CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

Antes do início do serviço a empresa vencedora do certame licitatório deverá se dirigir a Secretaria Municipal de Planejamento a fim de agendar capacitação dos profissionais que irão trabalhar na execução dos serviços.

18. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

19. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Projeto Básico e demonstrou ser viável a contratação demandada, cabendo ressaltar que os



riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

20. DISPOSIÇÃO FINAL

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado com base nas informações técnicas disponíveis, no levantamento das condições do imóvel e no orçamento estimativo dos serviços necessários, tendo como objetivo subsidiar o processo de contratação para a execução de serviços de reparos para entrega do imóvel da antiga Unidade Básica de Saúde da Família (UBS) Veloso, no município de Bom Jardim/RJ.

A partir das análises realizadas, conclui-se que a solução proposta apresenta viabilidade técnica, operacional e econômica, sendo a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade da Administração Pública.

Ressalta-se que a execução dos serviços deverá observar as normas técnicas aplicáveis à construção civil, as boas práticas de engenharia e as disposições legais e regulamentares vigentes.

Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento do processo administrativo de contratação, em conformidade com a legislação aplicável e com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO


Hudson Rodrigues de Souza
Engenheiro Civil
Cargo: Chefe de Projetos
CREA/RJ: 2014102052
Mat.: 10/6265 SMP



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26
FLS. _____

ANEXO B

<div></div> <div>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA</div>												
OBRA:		Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso					DATA :		09/02/2026	BDI :		23,54%
LOCAL:		Bom Jardim/RJ					FONTE		VERSÃO	HORA	MES	
							EMOP		2026/01	-	-	
							SCO		2026/01	-	-	
							SINAPI		2026/01 COM DESONERAÇÃO	96,88%	57,20%	
							PRÓPRIA		PRÓPRIA	0,00%	0,00%	
ITEM	CÓDIGO	REF.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT SEM BDI R\$	BDI (%)	PREÇO UNIT COM BDI R\$	PREÇO TOTAL R\$			
1	SERVIÇOS PRELIMINARES								R\$ 450,96			
1.1	02.020.0002-0	MÉDIA	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA, TIPO BANNER/PLOTTER, CONSTITUIDA POR LONA E IMPRESSAO DIGITAL, INCLUSIVE SUPORTES DE MADEIRA,FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	1,50	R\$ 243,36	23,54	R\$ 300,04	R\$ 450,96			
2	ANDAIME								R\$ 7.456,62			
2.1	05.006.0001-1	MÉDIA	LOCACAO DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES SOBRE SAPATAS FIXAS,CONSIDERANDO-SE A AREA DA PROJECAO VERTICAL DO ANDAIME E PAGO PELO TEMPO NECESSARIO A SUA UTILIZACAO,EXCLUSIVE TRANSPORTE DOS ELEMENTOS DO ANDAIME ATE A OBRA,PLATAFORMA OU PASSARELA DE PINHO,MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS ANDAIMES	M2XMES	120,00	R\$ 38,90	23,54	R\$ 48,05	R\$ 5.766,00			
2.2	05.005.0012-1	MÉDIA	PLATAFORMA OU PASSARELA DE MADEIRA DE 1♦,CONSIDERANDO-SE APROVEITAMENTO DA MADEIRA 20 VEZES,EXCLUSIVE ANDAIME OU OUTRO SUPORTE E MOVIMENTACAO(VIDE ITEM 05.008.0008)	M2	16,20	R\$ 5,10	23,54	R\$ 6,30	R\$ 102,06			
2.3	05.008.0001-0	MÉDIA	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES, CONSIDERANDO-SE A AREA VERTICAL RECOBERTA	M2	120,00	R\$ 8,77	23,54	R\$ 10,83	R\$ 1.290,60			
2.4	05.008.0008-1	MÉDIA	MOVIMENTACAO VERTICAL OU HORIZONTAL DE PLATAFORMA OU PASSARELA	M2	120,00	R\$ 0,72	23,54	R\$ 0,88	R\$ 105,60			
2.5	04.020.0122-0	MÉDIA	TRANSPORTE DE ANDAIME TUBULAR,CONSIDERANDO-SE A AREA DE PROJECAO VERTICAL DO ANDAIME,EXCLUSIVE CARGA,DESCARGA E TEMPO DEESPERA DO CAMINHAO(VIDE ITEM 04.021.0010)	M2XKM	480,00	R\$ 0,21	23,54	R\$ 0,25	R\$ 120,00			
2.6	04.021.0010-0	MÉDIA	CARGA E DESCARGA MANUAL DE ANDAIME TUBULAR, INCLUSIVE TEMPO DE ESPERA DO CAMINHAO, CONSIDERANDO-SE A AREA DE PROJECAO VERTICAL	M2	48,00	R\$ 1,07	23,54	R\$ 1,32	R\$ 63,36			
3	SERVIÇOS COMPLEMENTARES								R\$ 39.786,32			
3.1	88201	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	176,00	R\$ 40,67	23,54	R\$ 50,24	R\$ 8.842,24			
3.2	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	R\$ 55,60	23,54	R\$ 68,68	R\$ 8.241,60			
3.3	90779	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40,00	R\$ 166,73	23,54	R\$ 205,97	R\$ 8.238,80			
3.4	01983	EMOP	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DE CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIV/E ENCARGOS SOCIAIS	H	176,00	R\$ 29,46	23,54	R\$ 36,39	R\$ 6.404,64			
3.5	88207	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	176,00	R\$ 37,07	23,54	R\$ 45,79	R\$ 8.059,04			
4	REVESTIMENTO DE PAREDES, TETOS E PISOS								R\$ 17.827,67			
4.1	13.001.0015-0	MÉDIA	EMBOCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:1, 5 COM 1, 5CM DE ESPESSURA, INCLUSIV/E CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3	M2	81,00	R\$ 38,49	23,54	R\$ 47,55	R\$ 3.851,55			
4.2	05.001.0365-0	MÉDIA	LIMPEZA DE PISOS CERAMICO, MARMORE OU GRANITO (SEM POLIMENTO)	M2	36,00	R\$ 10,22	23,54	R\$ 12,62	R\$ 454,32			
4.3	98135	MÉDIA	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M2	162,00	R\$ 38,19	23,54	R\$ 47,17	R\$ 7.641,54			
4.4	05.040.0870-0	MÉDIA	RASPAGEM, CALAFETACAO E ENCERAMENTO DE PISO DE TACOS COMUNS OU SOALHO DE MADEIRA, COM UMA DEMAO DE CERA	M2	175,74	R\$ 27,09	23,54	R\$ 33,46	R\$ 5.880,26			
5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS								R\$ 2.249,88			
5.1	15.015.0025-0	MÉDIA	INSTALACAO DE PONTO DE LUZ, EMBUTIDO NA LAJE, EQUIVALENTE A 2 VARAS DE ELETRODUTO DE PVC RIGIDO DE 1/2", 12, 00M DE FIO 2, 5MM2, CAIXAS, CONEXOES, LUVAS, CURVA E INTERRUPTOR DE EMBUTIR COMPLACA FOSFORESCENTE, INCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGOEM ALVENARIA	UN	6,00	R\$ 303,53	23,54	R\$ 374,98	R\$ 2.249,88			
6	PINTURAS								R\$ 22.078,86			
6.1	17.017.0176-0	MÉDIA	REPINTURA INTERNA SOBRE MADEIRA COM ESMALTE SINTETICO ALQUIDICO, ALTO BRILHO, BRILHANTE, ACETINADO OU FOSCO, SOBRE SUPERFICIE JA PINTADA EM BOM ESTADO, APOS LIXAMENTO, LIMPEZA, DUAS DEMAO S DE ACABAMENTO COM MATERIAL DA MESMA LINHA DE FABRICACAO ENA COR EXISTENTE	M2	91,58	R\$ 24,47	23,54	R\$ 30,23	R\$ 2.768,46			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim


PROCESSO Nº 1.518/26
FLS. _____

6.2	17.018.0117-0	MÉDIA	REPINTURA COM TINTA LATEX SEMIBRILHANTE, FOSCA OU ACETINADA, CLASSIFICACAO PREMIUM OU STANDARD, CONFORME ABNT NBR 15079, PARA INTERIOR E EXTERIOR, SOBRE SUPERFICIE EM BOM ESTADO E NA COR EXISTENTE, INCLUSIVE LIMPEZA, LEVE LIXAMENTO COM LIXA FINA, UMA DEMAO DE FUNDO PREPARADOR E DUAS DE ACABAMENTO	M2	810,00	R\$ 19,30	23,54	R\$ 23,84	R\$ 19.310,40
									VALOR BDI TOTAL: R\$ 17.106,96
									VALOR ORÇAMENTO: R\$ 72.743,35
									VALOR TOTAL: R\$ 89.850,31



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26
FLS. _____

	ORÇAMENTO - CURVA ABC DE SERVIÇOS									
	OBRA:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso						DATA :	09/02/2026	BDI : 23,54%
	LOCAL:	Bom Jardim/RJ						FONTE	VERSÃO	HORA MES
								EMOP	2026/01	- -
								SCO	2026/01	- -
								SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO	96,88% 57,20%
								PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00% 0,00%

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	%	ACUMUL. %	CL
17.018.0117-0	REPINTURA COM TINTA LATEX SEMBRILHANTE, FOSCA OU ACETINADA, CLASSIFICAÇÃO PREMIUM OU STANDARD, CONFORME ABNT NBR 15079, PARA INTERIOR E EXTERIOR, SOBRE SUPERFÍCIE EM BOM ESTADO E NA COR EXISTENTE, INCLUSIVE LIMPEZA, LEVE LIXAMENTO COM LIXA FINA, UMA DEMÃO DE FUNDO PREPARADOR E DUAS DE ACABAMENTO	EMOP	Serviço	M2	810,00	R\$ 26,02	R\$ 21.076,20	23,46	23,46	A
88261	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	Mão de Obra com Encargos Complementares	H	176,00	R\$ 50,24	R\$ 8.842,24	9,84	33,30	A
90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	Mão de Obra com Encargos Complementares	H	120,00	R\$ 68,68	R\$ 8.241,60	9,17	42,47	A
90779	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	Mão de Obra com Encargos Complementares	H	40,00	R\$ 205,97	R\$ 8.238,80	9,17	51,64	B
88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	Mão de Obra com Encargos Complementares	H	176,00	R\$ 45,79	R\$ 8.059,04	8,97	60,61	B
96135	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF 03/2024	SINAPI	Serviço	M2	162,00	R\$ 47,21	R\$ 7.648,02	8,51	69,12	B
01983	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	EMOP	Mão de Obra	H	176,00	R\$ 36,39	R\$ 6.404,64	7,13	76,25	B
05.040.0870-0	RASPAGEM, CALAFETAÇÃO E ENCRAMENTO DE PISO DE TACOS COMUNS OU SOALHO DE MADEIRA, COM UMA DEMÃO DE CERA	EMOP	Serviço	M2	175,74	R\$ 33,84	R\$ 5.947,04	6,62	82,87	C



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26
FLS. _____

05.006.0001-1	LOCACAO DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES SOBRE SAPATAS FIXAS, CONSIDERANDO-SE A AREA DA PROJECAO VERTICAL DO ANDAIME E PAGO PELO TEMPO NECESSARIO A SUA UTILIZACAO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DOS ELEMENTOS DO ANDAIME ATÉ A OBRA, PLATAFORMA OU PASSARELA DE PINHO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS ANDAIMES	EMOP	Serviço	M2XMES	120,00	R\$ 48,05	R\$ 5.766,00	6,42	89,29	C
13.001.0015-0	EMBOCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:1, 5 COM 1,5CM DE ESPESSURA, INCLUSIVE CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3	EMOP	Serviço	M2	81,00	R\$ 47,45	R\$ 3.843,45	4,28	93,56	C
17.017.0176-0	REPINTURA INTERNA SOBRE MADEIRA COM ESMALTE SINTETICO ALQUIDICO, ALTO BRILHO, BRILHANTE, ACETINADO OU FOSCO, SOBRE SUPERFICIE JA PINTADA EM BOM ESTADO, APOS LIXAMENTO, LIMPEZA, DUAS DEMAS DE ACABAMENTO COM MATERIAL DA MESMA LINHA DE FABRICACAO ENA COR EXISTENTE	EMOP	Serviço	M2	91,58	R\$ 30,23	R\$ 2.768,46	3,08	96,64	C
15.015.0025-0	INSTALACAO DE PONTO DE LUZ, EMBUTIDO NA LAJE, EQUIVALENTE A 2 VARAS DE ELETRODUTO DE PVC RIGIDO DE 1/2". 12,00M DE FIO 2,5MM2, CAIXAS, CONEXOES, LUVAS, CURVA E INTERRUPTOR DE EMBUTIR COM PLACA FOSFORESCENTE, INCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO EM ALVENARIA	EMOP	Serviço	UN	6,00	R\$ 394,42	R\$ 2.366,52	2,63	99,28	C
05.008.0001-0	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES, CONSIDERANDO-SE A AREA VERTICAL RECOBERTA	EMOP	Serviço	M2	120,00	R\$ 10,83	R\$ 1.299,60	1,45	100,72	C
02.020.0002-0	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA, TIPO BANNER/PLOTTER, CONSTITUIDA POR LONA E IMPRESSAO DIGITAL, INCLUSIVE SUPORTES DE MADEIRA, FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	Serviço	M2	1,50	R\$ 346,62	R\$ 519,93	0,58	101,30	C
05.001.0365-0	LIMPEZA DE PISOS CERAMICO, MARMORE OU GRANITO (SEM POLIMENTO)	EMOP	Serviço	M2	36,00	R\$ 12,62	R\$ 454,32	0,51	101,81	C
04.020.0122-0	TRANSPORTE DE ANDAIME TUBULAR, CONSIDERANDO-SE A AREA DE PROJECAO VERTICAL DO ANDAIME, EXCLUSIVE CARGA, DESCARGA E TEMPO DE ESPERA DO CAMINHÃO (VIDE ITEM 04.021.0010)	EMOP	Serviço	M2XKM	480,00	R\$ 0,25	R\$ 120,00	0,13	101,94	C
05.008.0008-1	MOVIMENTACAO VERTICAL OU HORIZONTAL DE PLATAFORMA OU PASSARELA	EMOP	Serviço	M2	120,00	R\$ 0,88	R\$ 105,60	0,12	102,06	C
05.005.0012-1	PLATAFORMA OU PASSARELA DE MADEIRA DE 1,00M, CONSIDERANDO-SE APROVEITAMENTO DA MADEIRA 20 VEZES, EXCLUSIVE ANDAIME OU OUTRO SUPORTE E MOVIMENTACAO (VIDE ITEM 05.008.0008)	EMOP	Serviço	M2	16,20	R\$ 6,30	R\$ 102,06	0,11	102,17	C
04.021.0010-0	CARGA E DESCARGA MANUAL DE ANDAIME TUBULAR, INCLUSIVE TEMPO DE ESPERA DO CAMINHÃO, CONSIDERANDO-SE A AREA DE PROJECAO VERTICAL	EMOP	Serviço	M2	48,00	R\$ 1,32	R\$ 63,36	0,07	102,24	C



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26
FLS. _____

TIPO	ITENS	VALOR	%
Mão de Obra	1,00	R\$ 6.404,64	7,13
Serviço	14,00	R\$ 52.080,56	57,96

Subtotal até 102,24%

R\$ 91.866,88

Outros:

R\$ 0,00

Valor total do Orçamento:


R\$ 91.866,88

Hudson Rodrigues de Souza
Engenheiro Civil - CREA/RJ: 2014102052
Chefe de Projetos Mat.10/6265



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26
FLS. _____

RESUMO DO ORÇAMENTO				
	OBRA:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso	DATA : 09/02/2026	
	LOCAL:	Bom Jardim/RJ	BDI : 23,54%	
			FORTE	VERSÃO
			EMOP	2026/01
			SCO	2026/01
			SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO
			PRÓPRIA	PRÓPRIA
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		R\$ 450,96	0,57
2	ANDAIME		R\$ 7.456,62	8,12
3	SERVIÇOS COMPLEMENTARES		R\$ 39.786,32	43,31
4	REVESTIMENTO DE PAREDES, TETOS E PISOS		R\$ 17.827,67	19,48
5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		R\$ 2.249,88	2,58
6	PINTURAS		R\$ 22.078,86	25,96
		VALOR BDI TOTAL:	R\$ 17.106,96	100,00
		VALOR ORÇAMENTO:	R\$ 72.743,35	
		VALOR TOTAL:	89,850,31	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26

FLS. _____

ANEXO C



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26
FLS. _____

MEMÓRIAS DE CÁLCULO					
OBRA:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso				DATA : 09/02/2026
LOCAL:	Bom Jardim/RJ				BDI : 23,54%
		FONTE	VERSÃO	HORA	MES
		EMOP	2026/01	-	-
		SCO	2026/01	-	-
		SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO	96,88%	57,20%
		PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00%	0,00%

1.1. 02.020.0002-0 PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA PÚBLICA, TIPO BANNER/PLÓTER, CONSTITUÍDA POR LONA E IMPRESSÃO DIGITAL, INCLUSIVE SUPORTES DE MADEIRA, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO (M2)

	LARG	ALT	QTD
LARG*ALT	1,50000000	1,00000000	1,50
			1,50

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 1,50

2.1. 05.006.0001-1 LOCAÇÃO DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES SOBRE SAPATAS FIXAS, CONSIDERANDO-SE A ÁREA DA PROJEÇÃO VERTICAL DO ANDAIME E PAGO PELO TEMPO NECESSÁRIO À SUA UTILIZAÇÃO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DOS ELEMENTOS DO ANDAIME ATÉ À OBRA, PLATAFORMA OU PASSARELA DE PINHO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS ANDAIMES (M2XMES)

	COMP	ALT	MES	QTD
COMP*ALT*MES	12,00000000	3,00000000	4,00000000	120,00
				120,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 120,00

2.2. 05.005.0012-1 PLATAFORMA OU PASSARELA DE MADEIRA DE 1,00 CONSIDERANDO-SE APROVEITAMENTO DA MADEIRA 20 VEZES, EXCLUSIVE ANDAIME OU OUTRO SUPORTE E MOVIMENTAÇÃO (VDE ITEM 05.008.0008) (M2)

	COMP	LARG	QUANT	QTD
COMP*LARG*QUANT	3,00000000	0,30000000	16,00000000	16,20
				16,20

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 16,20

2.3. 05.008.0001-0 MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES, CONSIDERANDO-SE A ÁREA VERTICAL RECOBERTA (M2)

	COMP	ALT	MOV	QTD
COMP*ALT*MOV	8,00000000	3,00000000	5,00000000	120,00
				120,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 120,00

2.4. 05.008.0008-1 MOVIMENTAÇÃO VERTICAL OU HORIZONTAL DE PLATAFORMA OU PASSARELA (M2)

	COMP	ALT	MOV	QTD
COMP*ALT*MOV	8,00000000	3,00000000	5,00000000	120,00
				120,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 120,00

2.5. 04.020.0122-0 TRANSPORTE DE ANDAIME TUBULAR, CONSIDERANDO-SE A ÁREA DE PROJEÇÃO VERTICAL DO ANDAIME, EXCLUSIVE CARGA, DESCARGA E TEMPO DE ESPERA DO CAMINHÃO (VDE ITEM 04.021.0010) (M2XKM)

	COMP	ALT	KM	QTD
COMP*ALT*KM	8,00000000	3,00000000	20,00000000	480,00
				480,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 480,00

2.6. 04.021.0010-0 CARGA E DESCARGA MANUAL DE ANDAIME TUBULAR, INCLUSIVE TEMPO DE ESPERA DO CAMINHÃO, CONSIDERANDO-SE A ÁREA DE PROJEÇÃO VERTICAL (M2)

	COMP	ALT	MOV	QTD
COMP*ALT*MOV	8,00000000	3,00000000	2,00000000	48,00
				48,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 48,00

3.1. 88261 CARPINTIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

	H	QTD
H	176,00000000	176,00
		176,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 176,00

3.2. 90776 ENCARGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

	H	QTD
H	120,00000000	120,00
		120,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 120,00

3.3. 90779 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

	H	QTD
H	40,00000000	40,00
		40,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 40,00

3.4. 01983 MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS (H)

	H	QTD
H	176,00000000	176,00
		176,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26
FLS. _____

3.4. 01983 MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DE CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS (H)

	H	QTD
H	176,00000000	176,00
		176,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 176,00

3.5. 88267 ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

	H	QTD
H	176,00000000	176,00
		176,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 176,00

4.1. 13.001.0015-0 EMBOCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:1, 5 COM 1, 5CM DE ESPESSURA, INCLUSIVE CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3 (M2)

	AREA	QTD
REPARO 10%PAREDE	8100000000	81,00
		81,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 81,00

4.2. 05.001.0365-0 LIMPEZA DE PISOS CERAMICO, MARMORE OU GRANITO (SEM POLIMENTO) (M2)

	AREA	QTD
AREA	36,00000000	36,00
		36,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 36,00

4.3. 96135 APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024 (M2)

	AREA	QTD
20%PAREDE	162,00000000	162,00
		162,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 162,00

4.4. 05.040.0870-0 RASPAGEM, CALAFETACAO E ENCERAMENTO DE PISO DE TACOS COMUNS OU SOALHO DE MADEIRA, COM UMA DEMAO DE CERA (M2)

	AREA	QTD
AREA	175,74000000	175,74
		175,74

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 175,74

5.1. 15.015.0025-0 INSTALACAO DE PONTO DE LUZ, EMBUTIDO NA LAJE, EQUIVALENTE A 2 VARAS DE ELETRODUTO DE PVC RIGIDO DE 1/2", 12,00M DE FIO 2,5MM2, CAXAS, CONEXOES, LUVAS, CURVA E INTERRUPTOR DE EMBUTIR COM PLACA FOSFORESCENTE, INCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO EM ALVENARIA (UN)

	UNID	QTD
REPARO NOS PONTOS NECESSARIOS	6,00000000	6,00
		6,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 6,00

6.1. 17.017.0176-0 REPINTURA INTERNA SOBRE MADEIRA COM ESMALTE SINTETICO ALQUIDICO, ALTO BRILHO, BRILHANTE, ACETINADO OU FOSCO, SOBRE SUPERFICIE JA PINTADA EM BOM ESTADO, APOS LIXAMENTO, LIMPEZA, DUAS DEMAO DE ACABAMENTO COM MATERIAL DA MESMA LINHA DE FABRICACAO ENA COR EXISTENTE (M2)

	AREA	QTD
Portas	40,32000000	40,32
Janelas	51,26000000	51,26
		91,58

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 91,58

6.2. CP-17.018.0117-0-95822374 REPINTURA COM TINTA LATEX SEMIBRILHANTE, FOSCA OU ACETINADA, CLASSIFICACAO PREMIUM OU STANDARD, CONFORME ABNT NBR 15079, PARA INTERIOR E EXTERIOR, SOBRE SUPERFICIE EM BOM ESTADO E NA COR EXISTENTE, INCLUSIVE LIMPEZA, LEVE LIXAMENTO COM LIXA FINA, UMA DEMAO DE FUNDO PREPARADOR E DUAS DE ACABAMENTO (M2)

	AREA	QTD
PAREDES E TETOS	810,00000000	810,00
		810,00

TOTAL DA MEMÓRIA DE CÁLCULO: 810,00


Hudson Rodrigues de Souza
Engenheiro Civil - CREA/RJ: 2014102052
Chefe de Projetos Mat.106265



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26
FLS. _____

ANEXO D

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO																
		OBRA: Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso		DATA : 09/02/2026		BDI : 23,54%										
LOCAL: Bom Jardim/RJ				FONTE		VERSÃO		HORA		MES						
				EMOP		2026/01		-		-						
				SCO		2026/01		-		-						
				SINAPI		2026/01 COM DESONERAÇÃO		96,88%		57,20%						
				PRÓPRIA		PRÓPRIA		0,00%		0,00%						
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	Total parcela	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 519,93	100,00%												100,00%	R\$ 519,93
2	ANDAIME	R\$ 7.456,62	45,78%	54,22%											100,00%	R\$ 7.456,62
3	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 39.786,32		7,97%	15,25%	12,93%	12,93%	23,29%		14,25%	14,28%				100,00%	R\$ 39.786,32
4	REVESTIMENTO DE PAREDES, TETOS E PISOS	R\$ 17.892,83				10,04%	0,21%	2,60%	2,75%	2,72%	5,61%	31,70%	42,30%	2,07%	100,00%	R\$ 17.892,83
5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 2.366,52									57,12%	13,81%	29,07%		100,00%	R\$ 2.366,52
6	PINTURAS	R\$ 23.844,66									1351,75	326,81	R\$ 687,96		100,00%	R\$ 23.844,66
R\$ 91.866,88			R\$ 3.933,57	R\$ 6.855,87	R\$ 6.067,41	R\$ 6.940,81	R\$ 5.181,94	R\$ 9.731,44	R\$ 492,05	R\$ 6.156,23	R\$ 8.037,03	R\$ 14.814,20	R\$ 16.673,78	R\$ 6.982,55	R\$ 91.866,88	

Hudson Rodrigues de Souza
Engenheiro Civil - CREA/RJ: 2014102052
Chefe de Projetos Mat.10/6265



ANEXO E

		COMPOSIÇÃO DO BDI			
OBRA:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso	DATA : 09/02/2026		BDI : 23,54%	
LOCAL:	Bom Jardim/RJ	FONTE	VERSÃO	HORA	MES
		EMOP	2026/01	-	-
		SCO	2026/01	-	-
		SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO	96,88%	57,20%
		PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00%	0,00%

COD	DESCRIÇÃO	%
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00
S	SEGUROS	0,40
G	GARANTIAS	0,40
R	RISCO	127
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	123
TOTAL		7,30
LUCRO		
L	LUCRO	7,40
TOTAL		7,40
I		
TRIBUTOS		
	PIS	0,65
	CONFINS	3,00
	ISS	3,00
TOTAL		6,65
BDI = 23,54%		
$\frac{((1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L))}{(1 - I)} - 1$		

Hudson Rodrigues de Souza
Engenheiro Civil - CREA/RJ: 2014102052
Chefe de Projetos Mat.10/6265




ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26

FLS. _____

ANEXO F



	MEMORIAL DESCRITIVO			
	OBRA:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso	DATA : 09/02/2026	BDI : 23,54%
	LOCAL:	Bom Jardim/RJ	FONTE	VERSÃO
			EMOP	2026/01
			SCO	2026/01
			SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO
			PRÓPRIA	PRÓPRIA
				HORA
				MES
				96,88%
				57,20%
				0,00%
				0,00%

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

MEMORIAL

1.1. 02.020.0002-0 PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA, TIPO BANNER/PLOTTER, CONSTITUIDA POR LONA E IMPRESSAO DIGITAL, INCLUSIVE SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO (M2)

Descrição do Serviço:

O item corresponde ao fornecimento e instalação de placa de identificação de obra pública, confeccionada em lona vinílica de alta resistência, própria para uso externo, com impressão digital em policromia (4x0 cores), resistente à ação do tempo e aos raios UV.

Execução do Serviço:

O fornecimento e a colocação da placa incluem o transporte, a montagem da estrutura de sustentação, a fixação da lona e o acabamento final;

Todo o processo deverá atender às normas de comunicação visual do órgão público responsável pela obra;

A colocação será feita em local de fácil visualização, conforme orientação da fiscalização.

2. ANDAIME

MEMORIAL

2.1. 05.006.0001-1 LOCAÇAO DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES SOBRE SAPATAS FIXAS,CONSIDERANDO-SE A AREA DA PROJECAO VERTICAL DO ANDAIME E PAGO PELO TEMPO NECESSARIO A SUA UTILIZACAO,EXCLUSIVE TRANSPORTE DOS ELEMENTOS DO ANDAIME ATE A OBRA,PLATAFORMA OU PASSARELA DE PINHO,MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS ANDAIMES (M2XMES)

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Locação de andaime tubular montado sobre sapatas fixas, considerando a área de projeção vertical do andaime, com pagamento pelo tempo necessário para a utilização do equipamento, calculado em metros quadrados (m²) por mês. Este serviço não inclui transporte dos elementos do andaime até a obra, montagem, desmontagem ou fornecimento de plataforma/passarela de pinho.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Montagem e estabilidade: O andaime deve ser montado de acordo com as normas técnicas e de segurança, utilizando os elementos fornecidos e fixando-o adequadamente às sapatas fixas para garantir sua estabilidade.

Segurança: A instalação do andaime deve observar as normas de segurança, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e garantindo que a estrutura esteja firme e segura durante o uso.

Locação mensal: O pagamento será efetuado com base na quantidade de metros quadrados (m²) de área do andaime, multiplicado pelo tempo de utilização, calculado em meses.

Serviços não inclusos: O serviço de locação não inclui o transporte dos elementos do andaime até a obra, plataforma ou passarela de pinho, nem a montagem ou desmontagem do andaime (ver item adicional para esses serviços).

2.2. 05.005.0012-1 PLATAFORMA OU PASSARELA DE MADEIRA DE 1,CONSIDERANDO-SE APROVEITAMENTO DA MADEIRA 20 VEZES,EXCLUSIVE ANDAIME OU OUTRO SUPORTE E MOVIMENTACAO(VIDE ITEM 05.008.0008) (M2)

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Execução de plataforma ou passarela de madeira de 1ª qualidade, com aproveitamento de madeira para até 20 reutilizações. A plataforma ou passarela será montada de acordo com a necessidade da obra, sem incluir andaimes ou outros suportes, nem movimentação dos materiais.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Montagem e fixação: A plataforma ou passarela será montada em local apropriado, garantindo a estabilidade da estrutura e a segurança dos usuários.

Reaproveitamento: A madeira será reutilizada conforme as condições de preservação, e a durabilidade do material



MEMORIAL DESCRITIVO			
OBRA:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso	DATA : 09/02/2026	BDI : 23,54%
LOCAL:	Bom Jardim/RJ	FONTE	VERSÃO
		EMOP	2026/01
		SCO	2026/01
		SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO
		PRÓPRIA	PRÓPRIA

Execução de serviços de carga e descarga manual de andaime tubular, considerando a área de projeção vertical do material transportado. O serviço inclui o tempo de espera do caminhão durante a carga e descarga dos materiais, sem a utilização de equipamentos mecânicos.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Segurança: Todos os procedimentos de carga e descarga devem ser realizados observando as normas de segurança e utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados.

Mão de obra: A carga e descarga manual devem ser realizadas por operários qualificados, com atenção para a integridade dos materiais e para a eficiência do serviço.

Eficiência: O serviço deve ser executado de forma eficiente, garantindo que o tempo de espera do caminhão seja minimizado, respeitando o cronograma da obra.

3. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

MEMORIAL

3.1. 88261 CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

Descrição dos Serviços:

O presente item compreende a prestação de serviços de carpintaria especializada em esquadrias de madeira, incluindo corte, ajuste, montagem, instalação e acabamento de portas, janelas, portões, guarnições e outros elementos de madeira.

O profissional deverá executar os serviços de acordo com os projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis, garantindo precisão, alinhamento, estabilidade e acabamento adequado.

O item contempla ainda encargos complementares, como verificação de ferragens, ajustes finos, lixamento, limpeza da área de trabalho e pequenas correções necessárias para o perfeito funcionamento e estética das esquadrias.

Condições Gerais de Execução:

O serviço deverá ser realizado por carpinteiro especializado, com experiência comprovada em esquadrias de madeira, utilizando ferramentas manuais e elétricas adequadas.

Deverá ser observada a precisão dimensional e alinhamento vertical e horizontal, conforme projeto executivo e normas técnicas (ABNT NBR 10821 e NBR 15575, quando aplicável).

A execução deve incluir a proteção de elementos adjacentes e áreas circundantes, evitando danos a pisos, paredes ou acabamentos existentes.

As esquadrias deverão ser entregues prontas para uso, com acabamento liso, ajustadas às ferragens e livres de defeitos, trincas ou empenamentos.

Os resíduos de madeira, aparas e embalagens devem ser recolhidos e descartados em local apropriado, atendendo às normas ambientais vigentes.

3.2. 90776 ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

Descrição dos Serviços:

O presente item compreende a prestação de serviços de supervisão geral de obras, executados por profissional qualificado como encarregado, responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e controle das atividades no canteiro de obras.

O serviço inclui a organização da equipe, distribuição de tarefas, verificação de cumprimento de prazos, normas de segurança e qualidade, bem como controle de materiais, ferramentas e equipamentos.

Os encargos complementares abrangem registro de ocorrências, relatórios diários, orientações técnicas à equipe, conferência de medições e ajustes operacionais, garantindo o correto andamento da obra de acordo com projetos e especificações.

Condições Gerais de Execução:

O serviço deverá ser realizado por profissional capacitado e experiente, com conhecimento técnico em execução de obras e habilidade em liderança e gestão de equipes.

O encarregado deverá supervisionar todas as atividades de execução, assegurando que os trabalhos estejam de



MEMORIAL DESCRITIVO			
OBRAS:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso	DATA : 09/02/2026	BDI : 23,54%
LOCAL:	Bom Jardim/RJ	FONTE	VERSÃO
		EMOP	2026/01
		SCO	2026/01
		SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO
		PRÓPRIA	PRÓPRIA

acordo com o projeto, normas técnicas, cronograma e regulamentos de segurança. Deverá manter comunicação constante com o engenheiro responsável, fornecedores e demais profissionais envolvidos, garantindo a eficiência operacional do canteiro. O profissional deverá registrar diariamente o andamento da obra, identificando possíveis problemas e propondo soluções imediatas. Todas as atividades de supervisão deverão ser documentadas e organizadas, garantindo rastreabilidade, controle de qualidade e cumprimento das exigências contratuais.

3.3. 90779 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

Descrição dos Serviços:

O presente item compreende a prestação de serviços de engenharia civil de obra por profissional sênior, incluindo planejamento, coordenação e supervisão técnica de todas as etapas da obra, garantindo o cumprimento de normas técnicas, especificações de projeto, cronograma e orçamento. O engenheiro sênior será responsável pelo controle de qualidade, acompanhamento de mão de obra especializada, conferência de medições, verificação de conformidade de materiais e processos, além de fornecer orientações técnicas detalhadas à equipe. Os encargos complementares incluem registro e elaboração de relatórios técnicos, análise de desvios, coordenação de reuniões de obra, interface com fornecedores e clientes, assegurando a execução eficiente, segura e de acordo com o projeto executivo.

Condições Gerais de Execução:

O serviço deverá ser executado por engenheiro civil sênior devidamente registrado no CREA, com experiência comprovada em gestão de obras de porte similar, incluindo conhecimento de normas técnicas brasileiras aplicáveis (ABNT, NBR) e legislação vigente. O profissional deverá supervisionar todas as atividades da obra, orientando encarregados e equipes especializadas, garantindo conformidade técnica, segurança, qualidade e cumprimento de prazos. Deverá manter registro detalhado das atividades diárias, elaborar relatórios técnicos periódicos, identificar desvios e propor ações corretivas imediatas. O engenheiro civil sênior deve participar de reuniões de coordenação e interface com clientes, fornecedores e demais profissionais, assegurando o alinhamento entre projeto, execução e qualidade. Todas as atividades de supervisão e gestão deverão ser documentadas e organizadas, garantindo rastreabilidade, controle técnico e atendimento às exigências contratuais e normativas.

3.4. 01983 MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DE CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS (H)

Descrição dos Serviços:

O presente item compreende a prestação de serviços de mão de obra de eletricitista de construção civil, incluindo a execução, instalação, manutenção e ajustes de sistemas elétricos em obras civis, de acordo com os projetos elétricos, especificações técnicas e normas vigentes.

O eletricitista será responsável pela execução de instalações elétricas provisórias e definitivas, incluindo passagem de eletrodutos, instalação de caixas de passagem, quadros de distribuição, lançamento e conexão de cabos e condutores elétricos, montagem de dispositivos de proteção, interruptores, tomadas, luminárias e demais componentes do sistema elétrico.


Também caberá ao profissional realizar testes de funcionamento, identificação e correção de eventuais falhas, verificação da continuidade elétrica, aterramento e correta ligação dos circuitos, garantindo o funcionamento adequado e seguro das instalações.

Os encargos complementares incluem organização do local de trabalho, apoio na conferência de materiais elétricos utilizados, cumprimento de orientações técnicas da supervisão da obra, além da adoção de práticas de segurança durante a execução dos serviços, assegurando a qualidade e a conformidade das instalações elétricas executadas.

Condições Gerais de Execução:

O serviço deverá ser executado por eletricitista qualificado para construção civil, com experiência comprovada em instalações elétricas prediais e conhecimento das normas técnicas brasileiras aplicáveis, especialmente as



	MEMORIAL DESCRITIVO			
	OBRAS:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso	DATA : 09/02/2026	BDI : 23,54%
	LOCAL:	Bom Jardim/RJ	FONTE	VERSÃO
			EMOP	2026/01
			SCO	2026/01
			SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO
			PRÓPRIA	PRÓPRIA
				HORA
				MES
				96,88%
				57,20%
				0,00%
				0,00%

relacionadas a instalações elétricas de baixa tensão.

O profissional deverá executar as atividades conforme os projetos elétricos, especificações técnicas e orientações da supervisão da obra, garantindo qualidade na instalação, organização do sistema elétrico e cumprimento das etapas previstas no cronograma.

Deverá utilizar corretamente ferramentas, equipamentos e instrumentos de medição apropriados, bem como adotar obrigatoriamente os equipamentos de proteção individual (EPIs) e seguir as normas de segurança aplicáveis às atividades com eletricidade.

O eletricitista deverá manter o local de trabalho organizado, preservar os materiais e equipamentos utilizados e comunicar imediatamente à supervisão qualquer inconsistência identificada em projeto, materiais ou condições de execução.

3.5. 88267 ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

Descrição dos Serviços:

O presente item compreende a prestação de serviços de mão de obra de encanador ou bombeiro hidráulico para construção civil, incluindo a execução, montagem, instalação, manutenção e ajustes em sistemas hidráulicos e hidrossanitários, de acordo com os projetos, especificações técnicas e normas vigentes.

O profissional será responsável pela instalação de tubulações de água fria, água quente, esgoto sanitário, águas pluviais e demais sistemas hidráulicos da edificação, incluindo corte, rosqueamento, soldagem, colagem e montagem de conexões e peças hidráulicas. Também caberá ao encanador a instalação de registros, válvulas, caixas sifonadas, ralos, sifões, reservatórios, bombas e demais componentes do sistema hidráulico.

Entre as atribuições estão ainda a verificação do correto alinhamento e nivelamento das tubulações, execução de testes de estanqueidade, identificação e correção de vazamentos ou falhas nas instalações, bem como a conferência do funcionamento adequado dos sistemas hidráulicos instalados.

Os encargos complementares incluem organização do local de trabalho, apoio na conferência de materiais hidráulicos, cumprimento das orientações técnicas da supervisão da obra e adoção de práticas adequadas de segurança durante a execução dos serviços, assegurando a qualidade e a conformidade das instalações executadas.

Condições Gerais de Execução:

O serviço deverá ser executado por encanador ou bombeiro hidráulico qualificado, com experiência comprovada em instalações hidráulicas prediais e conhecimento das normas técnicas brasileiras aplicáveis às instalações hidrossanitárias.

O profissional deverá executar os serviços conforme os projetos hidráulicos, especificações técnicas e orientações da supervisão da obra, garantindo qualidade na instalação, correto funcionamento dos sistemas e cumprimento do cronograma da obra.

Deverá utilizar ferramentas e equipamentos apropriados para corte, montagem, soldagem e vedação de tubulações e conexões, além de empregar corretamente os materiais hidráulicos especificados no projeto.

O profissional deverá utilizar obrigatoriamente os equipamentos de proteção individual (EPIs) e seguir as normas de segurança aplicáveis às atividades da construção civil.


Deverá ainda manter o local de trabalho organizado, preservar os materiais utilizados e comunicar à supervisão qualquer inconsistência identificada em projeto, materiais ou condições de execução.

4. REVESTIMENTO DE PAREDES, TETOS E PISOS

MEMORIAL

4.1. 13.001.0015-0 EMBOCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:1, 5 COM 1, 5CM DE ESPESSURA, INCLUSIVE CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3 (M2)



	MEMORIAL DESCRITIVO					
	OBRA:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso	DATA : 09/02/2026		BDI : 23,54%	
	LOCAL:	Bom Jardim/RJ	FONTE	VERSÃO	HORA	MES
			EMOP	2026/01	-	-
			SCO	2026/01	-	-
			SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO	98,88%	57,20%
			PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00%	0,00%

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Execução de emboço em paredes ou superfícies, utilizando argamassa de cimento e areia no traço 1:1,5, aplicada com espessura média de 1,5 cm. O serviço inclui a aplicação prévia de chapisco com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, para garantir melhor aderência do emboço.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Limpeza e preparação da superfície antes da aplicação do chapisco.

Aplicação do chapisco para fixação do emboço.

Aplicação do emboço em camada única, nivelando e alisando para acabamento final.

Cura adequada da argamassa para garantir resistência e durabilidade.

Uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

4.2. 05.001.0365-0 LIMPEZA DE PISOS CERAMICO, MARMORE OU GRANITO (SEM POLIMENTO) (M2)

Descrição dos Serviços:

O presente item compreende a execução de serviços de limpeza de pisos cerâmicos, de mármore ou granito, sem polimento, visando a remoção de resíduos de obra, poeira, manchas superficiais, respingos de argamassa, rejunte ou sujeiras acumuladas durante as etapas construtivas.

Os serviços incluem varrição inicial da superfície, lavagem com água e produtos de limpeza adequados ao tipo de revestimento, escovação manual ou mecânica quando necessário, além da remoção de resíduos aderidos que possam comprometer a aparência ou o acabamento do piso.

A limpeza deverá ser realizada de forma cuidadosa, utilizando materiais e produtos que não causem danos ao revestimento, evitando riscos, manchas ou desgaste da superfície. Também está incluída a remoção e acondicionamento adequado dos resíduos gerados durante o processo de limpeza.

O serviço tem como objetivo deixar a superfície do piso limpa e em condições adequadas para inspeção, entrega da obra ou execução de etapas posteriores, sem incluir qualquer tipo de polimento, cristalização ou tratamento superficial.

Condições Gerais de Execução:

A limpeza deverá ser executada por equipe qualificada, utilizando equipamentos, utensílios e produtos apropriados ao tipo de revestimento, respeitando as recomendações dos fabricantes e as boas práticas de conservação de pisos.

Deverão ser adotados procedimentos que evitem danos às superfícies, rejuntas, rodapés ou elementos adjacentes, bem como evitar o uso de produtos abrasivos ou químicos inadequados que possam manchar ou deteriorar os materiais.

Durante a execução dos serviços, o local deverá permanecer organizado, sendo responsabilidade da equipe a coleta e destinação adequada dos resíduos provenientes da limpeza.

Os trabalhadores deverão utilizar os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários para a atividade, garantindo condições seguras de trabalho.

4.3. 96135 APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024 (M2)

Descrição dos Serviços:

O presente item compreende a aplicação manual de massa acrílica em paredes externas de casas, em superfícies previamente preparadas, com a finalidade de regularizar, nivelar e corrigir pequenas imperfeições, proporcionando acabamento liso e adequado para posterior aplicação de pintura.

Os serviços incluem a preparação da superfície, com limpeza, remoção de poeira, partículas soltas, resíduos de argamassa ou materiais que possam comprometer a aderência do produto. A massa acrílica deverá ser aplicada manualmente com o uso de desempenadeiras ou espátulas apropriadas, em camadas uniformes, garantindo o correto preenchimento de porosidades, fissuras superficiais e irregularidades do substrato.



MEMORIAL DESCRITIVO			
	OBRA:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso	
	LOCAL:	Bom Jardim/RJ	
		DATA : 09/02/2026	BDI : 23,54%
		FONTE	VERSÃO
		EMOP	2026/01
		SCO	2026/01
		SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO
		PRÓPRIA	PRÓPRIA
		HORA	MES
		96,88%	57,20%
		0,00%	0,00%

Após a secagem da massa, poderá ser realizado lixamento manual para obtenção de acabamento uniforme e adequado à etapa de pintura. A massa acrílica utilizada deverá ser apropriada para áreas externas, apresentando resistência às intempéries e boa aderência às superfícies de alvenaria, reboco ou concreto.

O serviço inclui ainda o manuseio, preparo e transporte do material dentro do local da obra, bem como a limpeza e organização da área de trabalho durante e após a execução dos serviços.

Condições Gerais de Execução:

A aplicação deverá ser executada por profissionais qualificados, seguindo as recomendações do fabricante da massa acrílica e as boas práticas de execução de serviços de revestimento e acabamento.

A superfície deverá estar firme, seca, limpa e devidamente curada antes da aplicação do produto. Eventuais falhas, trincas ou irregularidades maiores deverão ser previamente tratadas para garantir a qualidade do acabamento final.

A aplicação deverá ser realizada em condições adequadas de temperatura e umidade, evitando exposição direta à chuva ou incidência excessiva de sol durante o processo de secagem.

Os trabalhadores deverão utilizar ferramentas apropriadas e equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à execução do serviço.

4.4. 05.040.0870-0 RASPAGEM, CALAFETACAO E ENCERAMENTO DE PISO DE TACOS COMUNS OU SOALHO DE MADEIRA, COM UMA DEMAO DE CERA (M2)

Descrição dos Serviços:

O presente item compreende a execução de raspagem, calafetação e enceramento de piso de tacos comuns ou soalho de madeira, com aplicação de 01 (uma) demão de cera, visando a recuperação, nivelamento superficial e proteção do revestimento de madeira.

Os serviços incluem a raspagem mecânica ou manual da superfície do piso, removendo camadas desgastadas, manchas, vernizes antigos, sujeiras impregnadas e irregularidades existentes, restabelecendo a uniformidade da madeira. Após a raspagem, deverá ser realizada a calafetação das juntas e frestas entre os tacos ou tábuas de madeira, utilizando material apropriado, com o objetivo de vedar aberturas, melhorar o acabamento e evitar acúmulo de sujeira.

Após o processo de raspagem e calafetação, será realizada a limpeza completa da superfície para remoção de pó e resíduos, seguida da aplicação uniforme de uma demão de cera adequada para pisos de madeira, utilizando equipamentos e utensílios apropriados.

O serviço tem como finalidade restaurar o aspecto do piso, proporcionando melhor acabamento, proteção da superfície e maior facilidade de manutenção, sem incluir aplicação de verniz, sinteco ou outros tipos de acabamento químico.

Condições Gerais de Execução:

Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando equipamentos adequados para raspagem e acabamento de pisos de madeira, garantindo uniformidade e preservação das peças existentes.

Durante a raspagem, deverão ser adotados cuidados para evitar danos aos tacos ou tábuas de madeira, bem como às áreas adjacentes, como rodapés, paredes e elementos de acabamento.

A calafetação deverá ser realizada com material compatível com o piso de madeira, garantindo preenchimento adequado das frestas e bom acabamento superficial.

Antes da aplicação da cera, a superfície deverá estar completamente limpa, seca e livre de resíduos. A aplicação deverá ser realizada de forma homogênea, respeitando o tempo de secagem do produto e evitando tráfego sobre o piso até a completa fixação da camada aplicada.

5. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS



		MEMORIAL DESCRITIVO			
	OBRA:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso		DATA : 09/02/2026	BDI : 23,54%
	LOCAL:	Bom Jardim/RJ		FONTE	VERSÃO
				HORA	MES
				EMOP	2026/01
				SCO	2026/01
				SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO
				PRÓPRIA	PRÓPRIA
					96,88%
					57,20%
					0,00%
					0,00%

Descrição do Serviço:

O serviço consiste na execução completa das instalações elétricas, contemplando o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e acessórios necessários, de acordo com normas técnicas e de segurança, garantindo operação confiável, durabilidade e segurança dos usuários.

5.1. 15.015.0025-0 INSTALACAO DE PONTO DE LUZ, EMBUTIDO NA LAJE, EQUIVALENTE A 2 VARAS DE ELETRODUTO DE PVC RIGIDO DE 1/2", 12, 00M DE FIO 2, 5MM2, CAIXAS, CONEXOES, LUVAS, CURVA E INTERRUPTOR DE EMBUTIR COMPLACA FOSFORESCENTE, INCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGOEM ALVENARIA (UN)

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Instalação de ponto de luz embutido na laje, com fornecimento e montagem de todos os materiais e acessórios necessários, compreendendo:

2 varas de eletroduto rígido de PVC de 1/2" (3 m cada);

12 metros de fio de cobre, seção 2,5 mm², isolado e antichama;

Caixas de embutir adequadas ao ponto de iluminação;

Conexões, luvas e curvas de eletroduto;

Interruptor de embutir com placa fosforescente;

O serviço inclui a abertura e fechamento de rasgo na alvenaria para passagem dos eletrodutos e embutimento das caixas, fixação dos componentes, interligação elétrica ao quadro ou ponto de derivação mais próximo e ensaio de funcionamento do circuito.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A instalação deve seguir as prescrições da ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

Os eletrodutos devem ser dispostos em trajetos horizontais ou verticais, nunca diagonais, devidamente fixados e alinhados;

As emendas dos condutores deverão ocorrer apenas no interior das caixas, utilizando conectores apropriados;

A abertura dos rasgos deve ser executada com cuidado para não comprometer a estrutura da alvenaria ou laje;

O fechamento será feito com argamassa de cimento e areia (traço 1:4), com acabamento compatível com o existente;

A placa fosforescente do interruptor deve garantir visibilidade noturna, conforme especificações do fabricante.

6. PINTURAS

MEMORIAL

6.1. 17.017.0176-0 REPINTURA INTERNA SOBRE MADEIRA COM ESMALTE SINTETICO ALQUIDICO, ALTO BRILHO, BRILHANTE, ACETINADO OU FOSCO, SOBRE SUPERFICIE JA PINTADA EM BOM ESTADO, APOS LIXAMENTO, LIMPEZA, DUAS DEMAOS DE ACABAMENTO COM MATERIAL DA MESMA LINHA DE FABRICACAO ENA COR EXISTENTE (M2)

Descrição dos Serviços:


O presente item compreende a execução dos serviços de repintura interna sobre superfícies de madeira previamente pintadas e em bom estado de conservação, utilizando esmalte sintético alquídico de acabamento alto brilho, brilhante, acetinado ou fosco, conforme especificado em projeto.

O serviço inclui a preparação da superfície com lixamento manual ou mecânico, remoção de poeira, gordura e impurezas, seguida da aplicação de duas demãos uniformes do esmalte sintético, de mesma linha de fabricação e cor existente, garantindo a perfeita cobertura, uniformidade e acabamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26
FLS. _____

		MEMORIAL DESCRITIVO			
OBRAS:	Reforma Entrega Imóvel UBS Veloso	DATA : 09/02/2026		BDI : 23,54%	
LOCAL:	Bom Jardim/RJ	FONTE	VERSÃO	HORA	MES
		EMOP	2026/01	-	-
		SCO	2026/01	-	-
		SINAPI	2026/01 COM DESONERAÇÃO	96,88%	57,20%
		PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00%	0,00%

A pintura deverá resultar em superfície lisa, homogênea, com brilho e tonalidade uniforme, livre de falhas, escorrimientos, bolhas ou manchas.

Condições Gerais de Execução:

O serviço deverá ser executado por mão de obra qualificada, observando as instruções do fabricante do produto e as normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR 13245 – Execução de Pintura Imobiliária, entre outras).

Antes da aplicação, a superfície deverá ser lixada e limpa, removendo poeira, gorduras, partículas soltas ou restos de tinta mal aderida.

As partes em madeira aparente deverão estar secas, firmes e isentas de umidade.

A pintura deverá ser realizada em condições ambientais adequadas, com temperatura entre 10 °C e 35 °C e umidade relativa do ar inferior a 85%, evitando-se correntes de ar e exposição direta ao sol.

A primeira demão deverá ser aplicada de forma regular e contínua, aguardando-se o tempo de secagem e cura recomendado pelo fabricante antes da aplicação da segunda.

Entre as demãos, recomenda-se lixamento leve com lixa fina (nº 220 a 320) para melhor aderência e uniformidade do acabamento.

A pintura deverá ser realizada com trinchas, rolos de espuma ou pistola de pulverização, de acordo com as características da superfície e do produto.

Após a conclusão, a área deverá ser limpa e protegida até a completa secagem, garantindo acabamento homogêneo e duradouro.

Todos os resíduos e embalagens deverão ser recolhidos e descartados em local apropriado, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

6.2. CP-17.018.0117-0-95822374 REPINTURA COM TINTA LATEX SEMIBRILHANTE, FOSCA OU ACETINADA, CLASSIFICAÇÃO PREMIUM OU STANDARD, CONFORME ABNT NBR 15079, PARA INTERIOR E EXTERIOR, SOBRE SUPERFÍCIE EM BOM ESTADO E NA COR EXISTENTE, INCLUSIVE LIMPEZA, LEVE LIXAMENTO COM LIXA FINA, UMA DEMÃO DE FUNDO PREPARADOR E DUAS DE ACABAMENTO (M2)

Descrição dos Serviços:

O presente item compreende a execução dos serviços de pintura em superfícies de alvenaria, concreto liso, cimento sem amianto e revestimentos, utilizando tinta látex semibrilhante, fosca ou acetinada, de classificação Premium ou Standard conforme NBR 15079, podendo ser branca ou colorida, para aplicação interna ou externa.

O serviço inclui todas as etapas preparatórias: lixamento da superfície, aplicação de uma demão de selador acrílico, duas demãos de massa acrílica para regularização, e duas demãos de tinta látex de acabamento, garantindo uniformidade, aderência, acabamento liso e durável.

As superfícies deverão ficar niveladas, sem fissuras, buracos, manchas ou irregularidades, com cobertura completa e tonalidade uniforme.

Condições Gerais de Execução:

O serviço deverá ser executado por mão de obra especializada, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR 15079 – Tintas Látex para Uso Interno e Externo) e as recomendações do fabricante.

Antes da aplicação, a superfície deverá ser limpa, firme, seca e isenta de poeira, óleo, gordura, mofo ou partículas soltas.

O lixamento deve uniformizar a superfície e proporcionar melhor aderência do selador.

O selador acrílico deverá ser aplicado de forma uniforme, respeitando o tempo de secagem recomendado antes da aplicação da massa acrílica.

As duas demãos de massa acrílica devem ser aplicadas com espátula ou desempenadeira, permitindo a secagem completa entre demãos e garantindo superfície regular e sem defeitos.

As demãos de tinta látex deverão ser aplicadas com rolo, trinchas ou pistola de pulverização, conforme as características da superfície e do produto, respeitando a diluição e o tempo de secagem indicado pelo fabricante. Durante a execução, as condições ambientais devem ser favoráveis, evitando chuva, umidade excessiva ou exposição direta ao sol, quando se tratar de pintura externa.

Após a conclusão, a área deverá ser limpa e entregue pronta, sem respingos, manchas ou resíduos de tinta.

Todos os resíduos, embalagens e sobras de material devem ser recolhidos e descartados de forma adequada, atendendo às normas ambientais vigentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

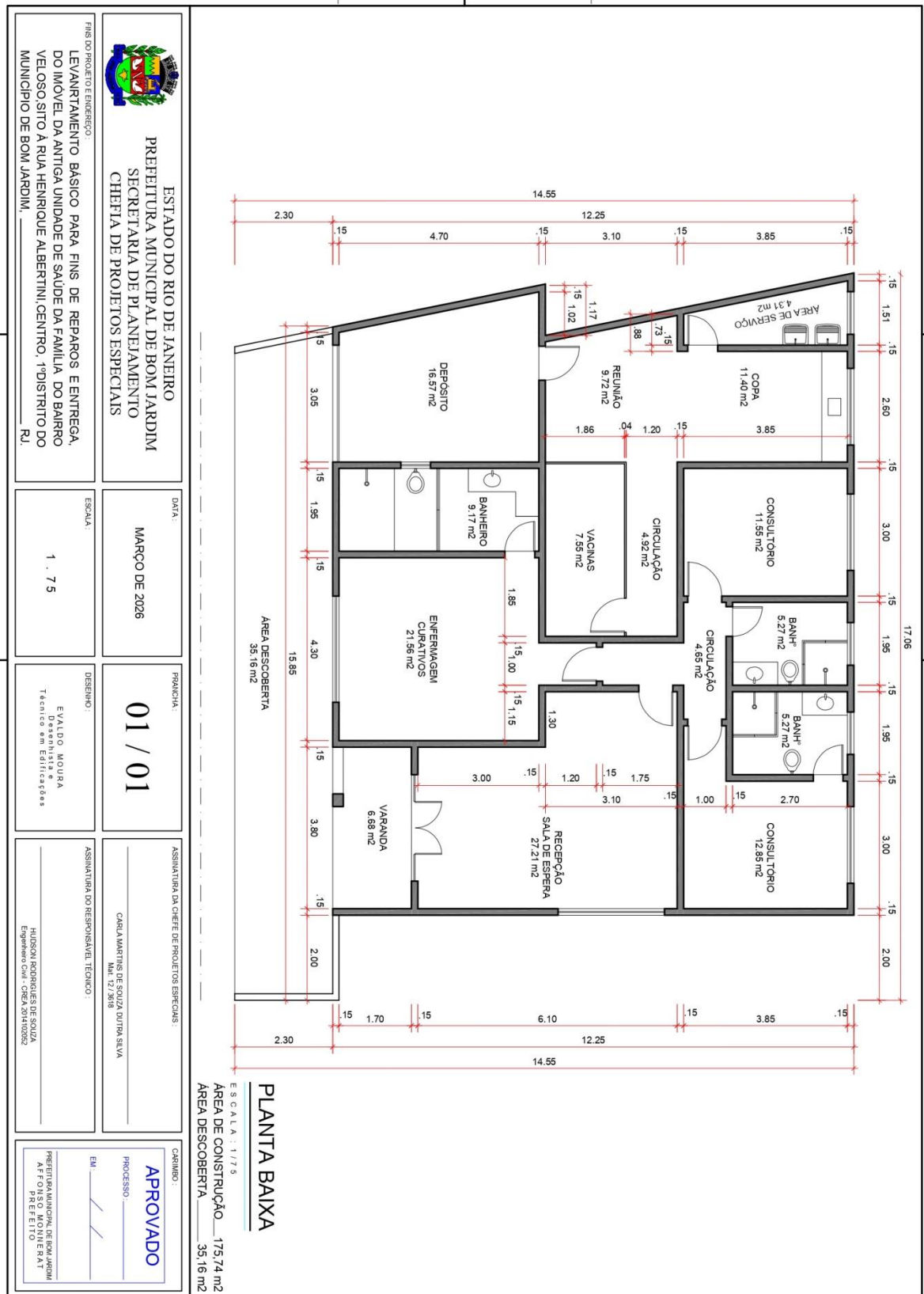
PROCESSO Nº 1.518/26

FLS. _____

Hudson Rodrigues de Souza
Engenheiro Civil - CREA/RJ: 2014102052
Chefe de Projetos Mat.10/6265



ANEXO G – DESENHOS TÉCNICOS





EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026
ANEXO II

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

1 – PROPONENTE:

Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Cidade: UF: CEP:
Telefone:
E-mail:
Sócio Proprietário:
CPF: RG:

2 – VALOR PROPOSTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Apresentamos nossa proposta para contratação do objeto desta Dispensa Eletrônica, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR GLOBAL R\$
01	Contratação de empresa especializada visando serviços de Reparos para entrega do imóvel onde funcionava a UBS do Veloso, localizado na Rua Prefeito Benedito Coube de Carvalho, nº 560, centro, Bom Jardim/RJ, CEP: 28.660-000.	SERVIÇO	

OBS.: A Planilha Orçamentária; Demonstrativo BDI; Cronograma Físico-Financeiro; Composição de Custos dos Serviços e Memória de Cálculo, devidamente preenchidos com todos os itens deverão ser anexados quando da apresentação da proposta final.

3 – Declaro para os devidos fins que os valores propostos são exequíveis e que nele estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

4 – CONDIÇÕES GERAIS:

A proponente declara conhecer os termos do presente Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

5 - LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO:

De acordo com o especificado no Projeto Básico, deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Validade da Proposta: O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

ENDEREÇO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA: www.licitanet.com.br

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS:

BANCO :



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 1.518/26

FLS. _____

AGÊNCIA:

CONTA:

OPERAÇÃO:

NOME DA EMPRESA E SEU REPRESENTANTE LEGAL

_____ de _____ de 2026

Assinatura do Proponente



EDITAL DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026
ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

Minuta de Contrato nº. xxx/2026.

Ref.: Dispensa de Licitação – art. 75, I, “a”, da Lei nº. 14.133/2021.

**CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA VISANDO A REALIZAÇÃO DE
SERVIÇOS DE REPAROS DE IMÓVEL QUE ENTRE SI
CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Praça Governador Roberto Silveira, 144 – Centro – Bom Jardim/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 11.867.889/0001-25, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde **SIMONE LEAL DE ALMEIDA SALLES**, portadora da Carteira de Identidade nº 10.571.082-6, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 046.369.117-25, com endereço profissional na Praça Governador Roberto Silveira, nº. 44, 3º andar, centro, Bom Jardim/RJ, CEP: 28.660-000, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº. XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da carteira de identidade nº. XXXXXXXXXXXX, expedida pelo XXXXXXXX e inscrito no CPF/MF sob o nº. XXXXXXXXXXXX, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente instrumento, na modalidade de Dispensa de Licitação nº. xxx/2026, nos termos do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 5.048, de 17 de setembro de 2025 e demais normas aplicáveis, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, pelos termos da proposta da CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada, visando a realização de serviços de reparos, para entrega do imóvel onde funcionava a UBS do Veloso, localizado na Rua Prefeito Benedito Coube de Carvalho, nº. 560, centro, Bom Jardim/RJ,



CEP: 28.660-000, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, juntamente com seus anexos e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses contados da assinatura contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021, na forma do artigo 111, mediante justificativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ xxxxxxx (valor por extenso).

Parágrafo Único - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da prestação do serviço, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO DO OBJETO

Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço unitário.

Parágrafo Primeiro - A Administração emitirá por escrito ordem de início, com a identificação dos serviços que serão prestados, o local de execução, o prazo máximo para início e conclusão, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento da Ordem de Início.

Parágrafo Terceiro - O prazo máximo para a prestação do serviço será de 12 (doze) meses corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, a ser emitida pelo Setor de Projetos Especiais, podendo ser prorrogado, conforme justificativa, nos termos do art. 111, da Lei nº 14.133/2021.



Parágrafo Quarto - Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Prefeito Benedito Coube de Carvalho, nº. 560, centro, Bom Jardim/RJ, CEP: 28.660-000.

Parágrafo Quinto - Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, conforme estabelecido nos Anexos deste Projeto Básico.

Parágrafo Sexto - O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 05 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, definido pelo art. 618 do Código Civil de 2002.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições serão realizadas mensalmente, por meio de planilha de medição, e serão antecedidas por vistoria ao local por parte dos fiscais do contrato definidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro - As planilhas de medição serão aprovadas após a vistoria dos fiscais do contrato, e, sempre que houver necessidade, a fiscalização demandará correções da planilha de medição ou correções dos serviços executados em desconformidade com o Projeto Básico.

Parágrafo Segundo - O pagamento observará os limites de desembolso estabelecidos pelo cronograma físico-financeiro aprovado pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Parágrafo Quarto - Os documentos fiscais serão emitidos em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JARDIM-RJ, CNPJ nº 11.867.889/0001-25, situado na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000.**



Parágrafo Quinto - Deverá constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

Ao final de cada evento da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

- a) Para a obra em questão estão classificados os seguintes eventos:
- b) Canteiro de obras;
- c) Revestimentos de tetos e porta de vidro;
- d) Instalações elétricas e de rede;
- e) Pinturas.

Parágrafo Primeiro - Um evento será considerado efetivamente concluído quando os serviços previstos para aquele evento, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

Parágrafo Segundo - O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias úteis, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

Parágrafo Quarto - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

Parágrafo Quinto - O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

Parágrafo Sexto - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no



redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Parágrafo Sétimo - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Parágrafo Oitavo - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

Parágrafo Nono - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Parágrafo Décimo - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Parágrafo Décimo Primeiro - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Parágrafo Décimo Segundo - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;



- c) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

Parágrafo Décimo Terceiro - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Parágrafo Décimo Quarto - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Parágrafo Décimo Quinto - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, sendo: P.T.: 04.800.10.301.0064.1.040.000, N.D.: 4490.51.00.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - O gestor do contrato é a Secretaria Municipal de Saúde, representada pela secretária da pasta, que será indicada através de Portaria a ser publicada no órgão de imprensa oficial do Município, em momento oportuno.

Parágrafo Segundo - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Parágrafo Terceiro - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



Parágrafo Quarto - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Parágrafo Quinto - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Parágrafo Sexto - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

Parágrafo Sétimo - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

Parágrafo Oitavo - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

Parágrafo Nono - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

Parágrafo Décimo - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

Parágrafo Décimo Primeiro - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e



eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

Parágrafo Décimo Segundo - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – FISCAIS DE CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Parágrafo Primeiro - Serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato os servidores nomeados pela Administração para este fim, através de Portaria a ser publicada no órgão de imprensa oficial do Município, em momento oportuno.

Parágrafo Segundo - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

Parágrafo Terceiro - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Parágrafo Quarto - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

Parágrafo Quinto - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

Parágrafo Sexto - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

Parágrafo Sétimo - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Parágrafo Oitavo - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e



a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Parágrafo Nono - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Parágrafo Décimo - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Parágrafo Décimo Primeiro - O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

Parágrafo Décimo Segundo - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – Obrigações da ADMINISTRAÇÃO:

1. Emitir a ordem de início e recebimento dos serviços no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;
2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação definitiva;
3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução contratual, para que seja reparada ou corrigida;
4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;
5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução contratual, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos;



6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7. Fornecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas.
8. Providenciar a destinação ambientalmente adequada aos resíduos da construção civil originários da contratação, na forma do que dispõe a Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 e suas alterações.
9. Relacionar-se com a Contratada apenas por meio da pessoa por ela indicado (preposto).

Parágrafo Segundo – Obrigações da CONTRATADA:

1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:
2. Efetuar a prestação do serviço conforme especificações, no prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao serviço prestado, data e local;
3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, em até 15 (quinze) dias úteis, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações do serviço objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.
5. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;



8. Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;
9. Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;
10. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e demais despesas relativas à prestação de serviço;
11. Apresentar, no momento da assinatura do contrato, caso seja Fundação, junto ao ato constitutivo, Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, Promotoria de Justiça das Fundações, conforme determina Resolução Complementar nº 15/2005.
12. Fornecer todos os equipamentos e materiais permanentes necessários para a realização da obra, sem a cobrança adicional de encargos, aluguéis ou ônus de qualquer natureza.
13. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus funcionários à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
14. Adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias, para assegurar a execução da obra do objeto da presente solicitação.
15. Garantir que as especificações dos equipamentos e materiais permanentes cumpram às normas técnicas pertinentes.
16. Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias a execução do contrato.
17. Fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) aos funcionários que atuarão na execução da obra, obedecendo a legislação vigente.
18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
19. Elaborar, implementar e manter atualizado o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, quando cabível.



20. Providenciar Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF) para todos os empregados.
21. Providenciar senha para que o trabalhador tenha acesso ao extrato de informações previdenciárias.
22. Fixar domicílio bancário dos empregados no Município de Bom Jardim, onde serão prestados os serviços.
23. Realizar exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função dos contratados.
24. Fornecer gratuitamente vestimenta aos trabalhadores, procedendo a sua reposição periódica.
25. Disponibilizar vestiário com armários individuais aos trabalhadores que executam atividades que exigem a troca de roupas, observando-se a separação de sexos, quando cabível.
26. Disponibilizar ou fornecer aos trabalhadores, em todos os locais de trabalho, água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de copo coletivo.
27. Não permitir que trabalhadores sejam transportados na caçamba de caminhões ou em partes internas dos veículos ou em quaisquer veículos inadequados ou não adaptados, ainda que sejam tais veículos de propriedade ou de responsabilidade de outrem, nos termos do §1º do art. 1º, inciso II do art. 230, e caput do art. 235, todos da Lei 9.503/97.
28. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
29. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos preceitos da legislação sobre jornada de trabalho, e cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias oriundas da lei ou de acordos, dissídios, convenções coletivas e congêneres aplicáveis às categorias profissionais abrangidas no contrato.
30. Possuir, no momento da assinatura do contrato e durante a execução dos serviços, técnico em segurança do trabalho vinculado à empresa, que seja responsável pelas medidas de segurança dos empregados.
31. Responder pelo PRAZO DE GARANTIA DE 05 (CINCO) ANOS, pela solidez e segurança da obra executada, cobrindo qualquer dano proveniente da má execução da obra.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 9.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 9.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 9.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

- (1) Moratória a ser estipulada no valor entre 0,5% a 30%, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do caput, de 0,5% a 30%, do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato

(8) do caput, de 0,5% a 30%, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei n.º 14.133/2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo Primeiro - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Décimo Segundo - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décimo Terceiro - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que



o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim/ RJ para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim / RJ, xx de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas: